



**ACÓRDÃO Nº473/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11468/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Eirunepé
- 4- **Responsável:** Walter Alexandre Menezes Bezerra (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2018
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1680/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Eirunepé. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Eirunepé, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Walter Alexandre Menezes – Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 22, III, da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Walter Alexandre Menezes no valor de **R\$ 3.413,60** (Três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, II, "c" da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, pelo item 2 das Restrição da Dicrea do Voto; Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



**ACÓRDÃO Nº473/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. Walter Alexandre Menezes no valor de **R\$ 6.827,19** (Seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, fundamentada no art. 308, V da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, pelo item 7.9 das Restrição da Dicami do Voto;  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. Walter Alexandre Menezes no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, fundamentada no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, pelos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 8, 9, 10, 11 e 12 das Restrição da Dicami do Voto;  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.5. Considerar em Alcançe** o Sr. Walter Alexandre Menezes no valor de **R\$ 21.200,00** (Vinte e um mil e duzentos reais) que devem ser recolhidos no prazo de 30 dias na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Eirunepé, fundamentado no art. 304, IV da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, pelo item 7.9 das Restrições da Dicami deste Voto;
- 10.6. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa** do Sr. Walter Alexandre Menezes, em caso de recolhimento das multas e alcance do prazo estabelecido, ficando a DERED autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.



**ACÓRDÃO Nº473/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.7. Recomendar à Câmara Municipal de Eirunepé que:**

- 10.7.1.** Cumpra com o máximo rigor os prazos estabelecidos no art. 216, inciso I, alínea “b”, do Decreto nº. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social) c/c o art. 12, inciso I, e art. 9, inciso I, alínea “m”, evitando a incidência de multa e juros;
- 10.7.2.** Mantenha sempre atualizadas as informações no Portal da Transparência, conforme determina o art. 48, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, bem como, o inciso VI, do § 3º do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, que regula o Acesso a Informação prevista no inciso XXXIII, do art. 5º, inciso II, do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
- 10.7.3.** Mantenha as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal sempre disponível à sociedade, em cumprimento ao art. 49, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF;
- 10.7.4.** Observe o disposto nos artigos 31 caput e 74 caput e incisos § 1º da CF/88 e art. 76 caput da Lei nº 4.320/64, quanto a necessidade de controle interno.
- 10.7.5.** Observe com máximo zelo os prazos para remessa dos balancetes mensais e informes periódicos da Câmara, bem como os Relatórios de Gestão e Fiscal e Resumos da Execução Orçamentária, estabelecidos pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015 e art. 54, da Lei Complementar nº 101/200-LRF e Resoluções TCE nºs 15/2013 e 24/2012;
- 10.7.6.** Implante um controle mais eficiente dos bens de caráter permanente da Câmara Municipal nos termos do art. 94, da Lei nº 4.320/64.
- 10.7.7.** Implante um controle mais eficiente dos itens do almoxarifado.
- 10.7.8.** Observe com o máximo rigor a Lei de Licitações e Contratos quanto à: **a)** Processo licitatório sem numeração nas folhas; **b)** Protocolo de Entrega dos Convites sem assinaturas dos convidados; **c)** Na Ata do certame, não está rubricada pelos licitantes; **d)** Ausência do Ato de designação da comissão de licitação, responsável pelo convite (artigo 38, inciso III da Lei nº 6º. 8.666/93); **e)** Ausência do Parecer Jurídico emitidos sobre a licitação e as minutas dos contratos, o parecer jurídico não estar assinado (art. 38, VI e Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93); **f)** Nas Cartas Contratos não



**ACÓRDÃO Nº473/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

constam as Assinaturas dos Contratados que firmaram os ajustes.

**10.7.9.** Promova o recolhimento sempre integral ao Regime Geral da Presidência Social - RGPS das retenções dos servidores desta instituição.

**10.8. Determinar** à Câmara Municipal de Eirunepé que instaure a tomada de contas nas diárias não comprovadas dos vereadores, a saber: Antilde José Gomes, Amaurilio Silvestre Tomaz, Antonio Aquenes J. de Souza, Arlen José Oliveira Tomaz, Francisco Joares de Aragão, Josilvande José Coelho da Silva;

**10.9. Dar ciência** deste Acórdão ao Sr. Walter Alexandre Menezes.

**10.10 Arquivar** os presntes autos nos termos regimentais após a adoção da medidas acima.

**11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 13 de Maio de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral